



144
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0228606-4

APELANTE: João Pedro de Melo

APELADO: Município de Bonito

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE VINCULAÇÃO DO ADICIONAL DE ESTABILIDADE FINANCEIRA AO SUBSÍDIO DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO DE FINANÇAS. AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. APELO PROVIDO. 1. Principiando a análise da matéria de fundo, exsurge dos autos que o impetrante, ora apelante, já detentor de estabilidade financeira desde o ano de 1991, teve deferido (em 2000) o pedido de incorporação da gratificação do cargo comissionado de Secretário de Finanças, nos termos do art. 58, § 2º, XXX da Lei Orgânica do Município de Bonito. 2. Posteriormente, no ano de 2007, o impetrante obteve parecer favorável à vinculação do adicional de estabilidade financeira ao valor atualizado do subsídio do cargo de Secretário de Finanças, o que teria sido implementado pela Administração sem a edição de um ato administrativo formal. 3. Insurge-se o impetrante, na espécie, contra a Portaria nº 18/2009, que anulou a referida vinculação, sem a instauração de procedimento administrativo prévio para tal desiderato. 4. Em defesa do ato coator, sustenta o Município, nas razões do apelo, que o pagamento da estabilidade financeira do impetrante com base no valor do subsídio do cargo de Secretário de Finanças efetuou-se sem amparo legal e em afronta aos incisos XIII e XIV do art. 37 da CF/88. 5. Acrescentou o Município, ainda, que, no caso vertente, seria desnecessária a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em face do poder-dever de autotutela administrativa, consagrado na Súmula nº 473 do STF. 6. Em pese à discussão acerca da existência, ou não, no caso concreto, de diploma normativo a amparar a vinculação do adicional de estabilidade financeira do impetrante ao subsídio do cargo de Secretário de Finanças do Município de Bonito, é incontroverso o fato de que a vinculação em foco produziu efeitos favoráveis a ele (como a percepção de remuneração maior), razão pela qual se mostra imprescindível para o desfazimento daquela situação fático-jurídica criada pelo Município a instauração do competente processo administrativo, em que asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. 7. Na espécie, apesar de o Município ter afirmado que o impetrante teria simulado a ficha financeira em que consta o pagamento do adicional de estabilidade financeira no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), não comprovou o ente público a sua alegação. 8. Sendo assim, verifica-se que a prova constante dos autos demonstra, concretamente, que o impetrante percebia a estabilidade financeira no montante de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) e, a partir de janeiro de 2009, passou a ter o adicional pago no valor de R\$ 251,90 (duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos). 9. No ponto, registre-se, por necessário, que o poder de autotutela que inegavelmente possui a Administração deve receber o influxo procedimental do princípio do contraditório, na exata medida em que o exercício dessa autotutela possa gerar reflexos na esfera jurídica de terceiros. 10. A esse respeito, é cediço que o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a anulação/desconstituição de atos





145
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

administrativos que acarretem efeitos favoráveis aos servidores públicos deve observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. **11.** Apelo provido para o fim de assegurar ao impetrante a percepção do seu adicional de estabilidade financeira nos termos anteriores à edição da Portaria nº 18/2009, sem prejuízo do dever-poder da administração de reexaminar a legalidade de tal pagamento, desde que respeitando o prazo decadencial e bem assim os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. **12.** Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0228606-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento à apelação cível, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0228606-4
APELANTE: João Pedro de Melo
APELADO: Município de Bonito
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 84/88) proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Bonito, que, nos autos do **Mandado de Segurança NPU nº 209.2009.000221-5**, denegou a segurança requestada, sob o fundamento de que a estabilidade financeira não é direito adquirido do servidor público, sendo possível a sua revogação a qualquer tempo.

Nas razões da apelação, às fls. 95/103, o impetrante aduziu, em síntese: **(i)** que adquiriu o benefício da estabilidade financeira no ano de 1991; **(ii)** que, posteriormente, obteve a vinculação do adicional de estabilidade financeira à remuneração do cargo em comissão de Secretário de Finanças, nos termos da Portaria nº 190/2000 (fls. 26/27); **(iii)** que, no ano de 2007, obteve parecer favorável à atualização do valor do adicional de estabilidade financeira, para recebê-lo de acordo com o subsídio do ocupante do cargo de Secretário de Finanças, o que se deu concretamente a partir de maio de 2007, sem a edição de um ato administrativo formal; **(iv)** que o valor do adicional de estabilidade financeira passou a ser de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); **(v)** que, mediante a edição da Portaria nº 18/2009, o novo prefeito do Município anulou a referida vinculação, o que provocou a redução da estabilidade financeira do impetrante, para o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e **(vi)** que o ato reputado coator teria implicado em violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, incisos LIV e LV da CF/88).

Requeru, ao final, a reforma da sentença *a quo*, para que seja restabelecido o pagamento da estabilidade financeira, nos moldes anteriores à edição da Portaria nº 18/2009.

Em contra-razões de fls. 108/118, o Município de Bonito pugnou pela manutenção da sentença, alegando, em suma, **(i)** que a remuneração do cargo de Secretário de Finanças passou a corresponder a uma parcela única, por força da EC nº 19/98, sendo inviável a vinculação da estabilidade financeira do impetrante ao subsídio daquele cargo; **(ii)** que não há lei que ampare o pleito do impetrante e inexistente comprovação de que o mesmo tenha efetivamente recebido a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), a título de estabilidade financeira, "*apenas uma relação de proventos simulando uma ficha financeira (...)*"; **(iii)** que o pedido da inicial contraria o disposto nos incisos XIII e XIV do art. 37 da CF/88; **(iv)** que "*nos procedimentos para desvincular o cálculo da estabilidade financeira, para o futuro, do vencimento do cargo em comissão outrora ocupado pelo apelante, foi observado rigorosamente pelo impetrado o princípio da irredutibilidade dos vencimentos do impetrante, visto que devidamente preservada a estabilidade financeira atribuída a ele em 2000*"; **(v)** que não se pode invocar direito adquirido decorrente de percepção de vantagem em desacordo com a CF, a teor do art. 17 do ADCT e **(vi)** que, no caso vertente, seria desnecessária a observância dos princípios do contraditório e da ampla

141n



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

defesa, em face do poder-dever de autotutela administrativa, consagrada na Súmula nº 473 do STF.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo não provimento do apelo (fls. 134/137).

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 23 de abril de 2013.

Assinatura manuscrita de Francisco Bandeira de Mello.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

146
J

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0228606-4
APELANTE: João Pedro de Melo
APELADO: Município de Bonito
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Principiando a análise da matéria de fundo, exsurge dos autos (às fls. 26/27) que o impetrante, ora apelante, já detentor de estabilidade financeira desde o ano de 1991, teve deferido (em 2000) o pedido de incorporação da gratificação do cargo comissionado de Secretário de Finanças, nos termos do art. 58, § 2º, XXX da Lei Orgânica do Município de Bonito.

Posteriormente, no ano de 2007, o impetrante obteve parecer favorável à vinculação do adicional de estabilidade financeira ao valor atualizado do subsídio do cargo de Secretário de Finanças (fls. 21/25), o que teria sido implementado pela Administração sem a edição de um ato administrativo formal.

Insurge-se o impetrante, na espécie, contra a Portaria nº 18/2009, que anulou a referida vinculação, **sem a instauração de procedimento administrativo prévio para tal desiderato.**

Em defesa do ato coator, sustenta o Município, nas razões do apelo, que o pagamento da estabilidade financeira do impetrante com base no valor do subsídio do cargo de Secretário de Finanças efetuou-se sem amparo legal e em afronta aos incisos XIII e XIV do art. 37 da CF/88.

Acrescentou o Município, ainda, que, no caso vertente, seria desnecessária a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em face do poder-dever de autotutela administrativa, consagrado na Súmula nº 473 do STF.

Pois bem.

Em pese à discussão acerca da existência, ou não, no caso concreto, de diploma normativo a amparar a vinculação do adicional de estabilidade financeira do impetrante ao subsídio do cargo de Secretário de Finanças do Município de Bonito, é incontroverso o fato de que a vinculação em foco produziu efeitos favoráveis a ele (como a percepção de remuneração maior), razão pela qual se mostra imprescindível para o desfazimento daquela situação fático-jurídica criada pelo Município **a instauração do competente processo administrativo, em que asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa.**

Na espécie, apesar de o Município ter afirmado que o impetrante teria simulado a ficha financeira em que consta o pagamento do adicional de estabilidade financeira no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), não comprovou o ente público a sua alegação.

Sendo assim, verifico que a prova constante dos autos demonstra, concretamente, que o impetrante percebia a estabilidade financeira no montante de R\$ 2.400,00 (dois mil



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

147
8

e quatrocentos reais) e, a partir de janeiro de 2009, passou a ter o adicional pago no valor de R\$ 251,90 (duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos).

No ponto, registre-se, por necessário, que o poder de autotutela que inegavelmente possui a Administração deve receber o influxo procedimental do princípio do contraditório, **na exata medida em que o exercício dessa autotutela possa gerar reflexos na esfera jurídica de terceiros.**

A esse respeito, é cediço que o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que a anulação/desconstituição de atos administrativos que acarretem efeitos favoráveis aos servidores públicos deve observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme se pode extrair da leitura dos arestos adiante colacionados, *in verbis*:

EMENTA: CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, QUANDO ILEGAIS OU ABUSIVOS. POSSIBILIDADE. Não viola o princípio da separação dos Poderes a anulação de ato administrativo que fere a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa. Precedentes: REs 259.335-AgR, Relator o Min. Maurício Corrêa; e 170.782, Relator o Min. Moreira Alves. Agravo desprovido. (AI 463646 AgR, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 08/03/2005, DJ 27-05-2005 PP-00013 EMENT VOL-02193-04 PP-00804)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ANULAÇÃO DE ASCENSÕES FUNCIONAIS CONCEDIDAS AOS EMPREGADOS DA ECT. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER A LEGALIDADE DAS ASCENSÕES. NECESSIDADE DE AS PARTES ATINGIDAS PELO ATO COATOR INTEGRAREM A LIDE. 1. Decadência do direito de a Administração Pública rever a legalidade dos atos de ascensão funcional dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, praticados entre 1993 e 1995 (Art. 54 da Lei n. 9.784/1999). 2. Direito ao contraditório e à ampla defesa a ser garantido aos beneficiários de atos administrativos inerentes à sua condição funcional para a validade de decisões do Tribunal de Contas da União que importem em sua anulação ou revogação. Súmula Vinculante n. 3. Precedentes. 3. Mandado de segurança concedido. (MS 26393, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2009, DJe-030 DIVULG 18-02-2010 PUBLIC 19-02-2010 EMENT VOL-02390-01 PP-00136)

Em face do exposto, **dou provimento à apelação cível, em ordem a conceder a segurança**, para que o impetrante tenha restabelecido o pagamento do seu adicional de estabilidade financeira *nos termos anteriores à edição da Portaria nº 18/2009*, isto sem prejuízo do dever-poder da administração de reexaminar a legalidade de tal pagamento, desde que respeitando o prazo decadencial e bem assim os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Recife, 2 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator